REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

Intervenção de Sua Excelência o Ministro dos Recursos Minerais e Energia por ocasião da Reunião Anual de Alto Nível do Energy Sector Working Group (ESWG)

Senhor Embaixador da Suécia em Moçambique, Excelência;

Senhora Coordenadora Residente das Nações Unidas, Excelência;

Senhores Embaixadores e Representantes do Corpo Diplomático acreditados em Moçambique, Excelências;

Senhores membros do Conselho Consultivo do MIREME;

Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração das instituições e empresas do sector;

Prezados Parceiros de Cooperação;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Todo o Protocolo Observado.

1. Em nome do Governo de Moçambique, saúdo todos os presentes nesta Reunião Anual de Alto Nível do Parceiros de Cooperação do Sector de Energia, um espaço que consideramos fundamental para avaliarmos conjuntamente os progressos alcançados, discutirmos de forma aberta os desafios que persistem e, sobretudo, acordarmos como podemos acelerar a implementação das prioridades do sector.

2. Permitam-me dirigir uma saudação especial à **Suécia e à UNIDO**, na qualidade de co-presidentes do Grupo de Trabalho do Sector de Energia, e agradecer o trabalho realizado na coordenação dos nossos parceiros de cooperação. Gostaria igualmente de expressar o nosso agradecimento à **Bélgica e a**

Alemanha pelo apoio prestado à realização deste encontro, que nos permite hoje estarmos aqui reunidos para este importante diálogo.

Caros participantes,

3. Como todos sabem, o Governo de Moçambique considera **a energia como motor do desenvolvimento e industrialização do país**. Onde existe energia, criam-se condições para produzir, transformar, investir, criar emprego e melhorar a vida das populações.

4. Esta visão encontra-se reflectida nos principais instrumentos de política e planificação do Governo. A **Estratégia Nacional de Electrificação** estabeleceu o compromisso do acesso universal; a **Estratégia de Transição Energética** definiu uma trajectória para um sistema energético moderno e resiliente, assente no aproveitamento sustentável dos nossos recursos e capaz de apoiar a industrialização e a descarbonização do sector transportes; e, mais recentemente, o **Compacto Nacional de Energia** reforçou os compromissos e prioridades para acelerar o desenvolvimento do sector e o acesso a energia.

5. Hoje, o nosso desafio já não é apenas definir onde queremos chegar. Sabemos onde queremos chegar. O desafio é transformar os nossos planos em projectos, os projectos em investimento e o investimento em desenvolvimento para o país.

6. Desde o nosso último encontro, demos passos importantes nesse sentido.

7. A taxa de acesso à electricidade atingiu **70,3 por cento**, comparativamente a cerca de 31 por cento em 2018. Nos últimos dois anos, Moçambique ultrapassou **400 mil novas ligações por ano**. É um progresso significativo, do qual nos devemos orgulhar, mas que também nos recorda a dimensão do esforço que ainda temos de realizar para alcançar o acesso universal até 2030.

8. Estamos igualmente a concluir a actualização do **Plano Director Integrado de Infraestruturas Eléctricas**, que permitirá orientar os investimentos futuros estratégicos para o país com base numa abordagem integrada e de menor custo.

9. Em paralelo, a Unidade Integrada de Planificação e Coordenação da Electrificaçaõ concluiu o **Plano Integrado de Electrificação de Menor Custo** e a respectiva **plataforma de visualização**. Esta ferramenta permitirá identificar, de forma transparente e tecnicamente fundamentada, onde a extensão da

rede é a solução mais eficiente e onde devemos avançar com mini-redes ou outras soluções fora da rede.

10. Ao nível da rede de transporte, continuámos igualmente a avançar na construção da espinha dorsal que permitirá ligar o Norte, Centro e Sul do país, evacuar a nova geração e reforçar a nossa integração no mercado regional. Durante este período registámos progressos em **projectos estruturantes** como as linhas de Pambara–Chibuto–Matalane–Maputo, Chimuara–Alto Molócuè e a interligação Moçambique–Malawi, ao mesmo tempo que avançamos com Songo–Matambo e com o Centro Nacional de Despacho.

11. Na geração, registámos avanços importantes na transformação do enorme potencial energético de Moçambique numa carteira concreta de novos projectos. Destaco, em particular, o Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa, com uma capacidade prevista de 1.500 MW, cuja concessão foi aprovada pelo Governo em Outubro de 2025, constituindo um passo fundamental para o desenvolvimento daquele que será um dos projectos estruturantes do nosso sistema eléctrico. Estamos igualmente a avançar com o Projecto Eólico de Namaacha, de 120 MW, bem como com a preparação de uma carteira adicional de projectos hídricos, solares e eólicos.

12. Estes projectos, articulados com os investimentos previstos na rede de transporte, permitirão aumentar a capacidade de geração, responder ao crescimento da procura nacional e às necessidades da industrialização e reforçar a posição de Moçambique no mercado regional de electricidade. O nosso objectivo é assegurar que esta nova capacidade seja desenvolvida de forma competitiva e ao menor custo possível, mobilizando de forma crescente o investimento privado.

13. É precisamente por isso que o **planeamento integrado** é tão importante. Queremos garantir um sistema eléctrico integrado, com as soluções mais adequadas e de menor custo, seja através da extensão da rede, de mini-redes ou de sistemas autónomos.

14. Esta **abordagem integrada** é igualmente fundamental para alcançarmos o acesso universal. Moçambique é um país extenso, com uma população muito dispersa e uma grande parte dos moçambicanos a viver em zonas rurais e remotas. As soluções fora da rede, terão por isso um papel fundamental para chegarmos às comunidades mais distantes.

15. No domínio das mini-redes, estamos a avançar com o **PROMIR**, o **instrumento de implementação do Plano de Electrificaçaõ fora de rede** que pretendemos consolidar como um programa nacional para estruturar e lançar concursos de concessão de mini-redes, promovendo uma participação cada vez maior do sector privado e procurando a sustentabilidade a través do **uso produtivo da energia**.

16. Temos igualmente operacionalizado a **Plataforma Nacional de Mini-redes (country platform para miniredes)**, liderada pelo Governo e com a participação dos parceiros de cooperação, para melhorar a coordenação e assegurar que os investimentos respondem às prioridades nacionais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

17. A implementação da Estrategia de Transição Energética, os compromisos do Compacto ou o aumento da taxa de acesso a energia não poderão ser financiados apenas com recursos públicos. Por isso, uma das nossas prioridades é criar condições para que **Moçambique seja cada vez mais atractivo para o investimento privado**, protegendo simultaneamente a sustentabilidade financeira do sector e das finanças públicas.

18. Desde a nossa reunião do ano passado, foram aprovados dois instrumentos importantes no quadro da Lei de Electricidade: o **Regulamento de Concessões** e o **Regulamento da Taxa de Acesso Universal**.

19. Estes instrumentos fazem parte de um processo mais amplo de reformas. Não queremos apenas mobilizar mais capital. Queremos criar um sector **mais eficiente, previsível, transparente e competitivo**, onde os investimentos sejam orientados pelas necessidades reais do sistema e realizados ao menor custo possível.

20. É neste contexto que estamos a implementar um conjunto de **reformas estruturantes do sector eléctrico**. Em primeiro lugar, queremos assegurar que os futuros investimentos em geração e transporte respondam ao planeamento integrado do sistema e ao critério de menor custo.

21. Em segundo lugar, estamos a trabalhar na criação do **Gestor do Sistema Eléctrico Nacional**, que integrará as funções de Operador do Sistema e Operador do Mercado, assim como as funções de planeamento integrado. Durante o próximo ano, pretendemos avançar com a aprovação do decreto e

dos estatutos, em articulação com o desenvolvimento do Centro Nacional de Despacho, já em curso.

22. Em terceiro lugar, estamos a trabalhar numa **visão estratégica e integrada para a comercialização da electricidade de Moçambique**. O país possui recursos energéticos significativos e uma posição privilegiada no mercado regional. Precisamos assegurar que as decisões de venda de energia, tanto para o mercado doméstico como para a região, maximizem o valor desses recursos para Moçambique.

23. Isto significa conciliar três objectivos: assegurar energia acessível para os moçambicanos; disponibilizar energia competitiva para apoiar a industrialização; e aproveitar estrategicamente o mercado regional para gerar receitas e contribuir para a sustentabilidade financeira do sector.

24. Precisamos, portanto, de projectos **bancáveis**, de instituições fortes e de regras claras que permitam ao sector privado assumir uma parte crescente do investimento, sem transferir sistematicamente todos os riscos para o Estado.

Prezados Parceiros de Cooperação,

25. A Estratégia de Transição Energética não se limita ao sector eléctrico. A energia deve ser uma alavanca para transformar outros sectores da nossa economia.

26. Um exemplo é o sector dos transportes. Moçambique continua fortemente dependente da importação de combustíveis fósseis, o que nos torna vulneráveis às oscilações dos preços internacionais e aos choques externos. A recente subida dos preços dos combustíveis voltou a demonstrar a importância estratégica de reduzirmos progressivamente esta dependência.

27. Neste sentido, estamos a avançar com a agenda de **mobilidade eléctrica**, no quadro do Pilar 4, Descarbonização do sector transportes da Estratégia de Transição Energética.Criámos uma **Task Force Interministerial**, coordenada conjuntamente pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia e pelo Ministério dos Transportes e Logística, envolvendo as principais instituições públicas relevantes para esta agenda.

28. Estamos agora a iniciar o desenvolvimento da **Estratégia de Mobilidade Eléctrica**, acompanhada da definição do quadro de política e regulamentação necessário para criar um mercado sustentável e permitir que Moçambique

aproveite esta transição para reduzir a importação de combustíveis, melhorar a eficiência energética e criar novas oportunidades económicas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

29. Temos consciência de que nenhuma destas ambições poderá ser alcançada pelo Governo sozinho. A implementação das reformas deve caminhar **em paralelo com a mobilização de financiamento concessional, subvenções e instrumentos de mitigação de risco e garantias**.

30. Precisamos de financiamento concessional para reduzir o custo dos grandes investimentos em infra-estruturas. Precisamos de subvenções onde elas sejam necessárias para assegurar a acessibilidade da energia. Precisamos de garantias para mitigar riscos políticos, comerciais e cambiais e permitir uma maior participação do capital privado. E precisamos de financiamento climático e de mecanismos de financiamento misto para transformar recursos públicos limitados em volumes muito maiores de investimento.

31. Da mesma forma, precisamos continuar a trabalhar conjuntamente na **preparação e estruturação de projectos bancáveis**, porque o financiamento só pode ser mobilizado quando existem projectos suficientemente maduros e robustos.

32. Somos cientes do esforço que os nossos parceiros continuam a fazer em Moçambique, num contexto internacional onde as prioridades geopolíticas tem mudado e os recursos disponiveis para cooperação são cada vez mais escasos. É por isso que agradecemos vosso empenho em nos ajudar a transformar Moçambique a través da Energia.

33. Energia acessível às famílias. Energia fiável para as empresas. Energia que permita produzir e transformar os nossos recursos no país. Energia que crie emprego e oportunidades para os nossos jovens. Energia que melhore os serviços de saúde e educação. E energia cujo desenvolvimento beneficie de forma efectiva **homens e mulheres, jovens e comunidades em todas as regiões de Moçambique**.

34. **Temos uma visão clara do caminho que queremos seguir. Temos prioridades definidas. Estamos a implementar as reformas necessárias. Mas não podemos fazer esta caminhada sozinhos.**

35. Aos nossos parceiros de cooperação, deixo por isso uma mensagem muito simples: **continuem a caminhar connosco.**

36. Precisamos da vossa experiência, do vosso financiamento, dos vossos instrumentos de garantia, da vossa capacidade de mobilizar investimento e, sobretudo, da parceria que construímos ao longo dos anos.

37. Da nossa parte, reafirmamos o compromisso do Governo de continuar a criar um sector energético mais sustentável, transparente e atractivo ao investimento, colocando sempre no centro o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

38. Estou convicto de que, trabalhando em conjunto, poderemos transformar o enorme potencial energético do nosso país em **industrialização, emprego, crescimento económico e melhores condições de vida para todos os moçambicanos**.

39. Ao terminar, renovo os meus agradecimentos pela vossa presença e pelo apoio que têm prestado ao sector energético nacional e faço votos para que este diálogo seja franco e aberto.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

Maputo, 4 de Novembro de 2026